

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PENSAMENTO OCIDENTAL/MODERNO-COLONIAL: BALANÇOS E PERSPECTIVAS

International Relations and Western/Modern-colonial thinking: balances and perspectives

Jerfferson Amorim de Souza ¹

¹Universidad Jesuita de Guadalajara (ITESO), Guadalajara, Jalisco, México. **E-mail:** jerfferson.sj@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4908-0729>

Recebido em: 29 jul. 2020 | Aceito em: 18 nov. 2020

RESUMO

A predominância do pensamento Ocidental/moderno-colonial no campo das Relações Internacionais tem despertado críticas de estudiosos vinculados ao Pensamento Decolonial e a outras matrizes de conhecimento. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma sistematização da fundamentação filosófica-epistemológica da crítica decolonial ao pensamento moderno e sua repercussão nas Relações Internacionais e, a partir dessas contribuições, propor uma aproximação com alguns estudos que, fora do âmbito da colonialidade, discutem a predominância de um pensamento ocidental na disciplina. Como consequência da aproximação entre esses saberes diversos, apresentamos alguns balanços e perspectivas para a área: a necessidade de conexão entre epistemologia-ética-política; a reabilitação de conhecimentos e modos de conhecer não-Ocidentais sem renunciar ao método científico; uma visão não ingênua que leve em conta as questões de poder; e uma articulação entre saber e poder, teoria e política para uma práxis situada e histórica vertida à realidade internacional.

Palavras-chave: Racionalidade moderna; pensamento decolonial; epistemologia.

ABSTRACT

The predominance of Western/modern-colonial thought in the field of International Relations has aroused criticism from scholars linked to Decolonial Thought and other knowledge matrices. This work aims to present a systematization of the philosophical-epistemological foundation of the decolonial critique of modern thought and its repercussion in International Relations and, based on these contributions, propose an approximation with some studies that, outside the scope of coloniality, discuss the predominance of a western thought in the discipline. As a consequence of the approximation between these diverse knowledges, we present some balances and perspectives for the area: the need for a connection between epistemology-ethics-politics; the rehabilitation of non-Western knowledge and ways of knowing without giving up the scientific method; a non-naive view that takes into account issues of power; and an articulation between knowledge and power, theory and politics for a situated and historical praxis turned to the international reality.

Keywords: Modern rationality; decolonial thinking; epistemology.

INTRODUÇÃO

O desenrolar do século XX foi acompanhado pelo surgimento e desenvolvimento das Relações Internacionais enquanto campo de saber e produção de conhecimento acerca do internacional. Na tentativa de oferecer conhecimento válido da realidade, costuma-se apresentar que três teorias se destacaram como as mais preponderantes formando o que se chegou a chamar de paradigmas: o Idealismo, o Realismo e o Neorrealismo (Gonçalves, Monteiro, 2015).

Paradigmas, segundo Gonçalves e Monteiro (2015, p. 67), são “um conjunto de hipóteses racionalmente construídas, resultantes de uma determinada percepção da realidade empiricamente observada”.

No último quartel do século XX e início do terceiro milênio, esses paradigmas foram questionados a partir das contribuições do Construtivismo e da Teoria Crítica (Nogueira, Messari, 2005; Gonçalves, Monteiro, 2015), dos Feminismos (Nogueira, Messari, 2005; Castro, 2012), da crítica de matriz foucaultiana para a disciplina (Rodrigues, 2013), bem como das reflexões das epistemologias oriundas do sul, entendido este como “uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo” (Santos, 2010, p. 227), como o Pós-colonialismo (Nogueira, Messari, 2005; Castro, 2012; Rodríguez, 2013). Essas questões emergiram não somente motivadas pelas transformações na própria compreensão da ciência, mas também pelo interesse acerca da cultura, das identidades e da razão do indivíduo enquanto sujeito nas Relações Internacionais (Dutra, 2015) e pela emergência de outras agendas.

A pergunta fundamental, conforme Inoue e Tickner (2016), é se o campo das Relações Internacionais reflete as preocupações da população fora dos Estados Unidos e do “mundo Ocidental”, tais como, “a crise global dos refugiados, mudanças climáticas, Boko Haram, ISIS, a perda de terras coletivas e lugares culturais dos povos indígenas, apropriação de terras, crianças soldados, perda de biodiversidade, abusos de direitos humanos, colonização biocultural, crise econômica e política em diversos países”. Essa lista pode ser enriquecida com questões acerca do racismo e gênero, do sistema financeiro global e seus impactos nos países pobres, da gestão global da pandemia da covid-19, da emergência do princípio político do comum como articulador da ação de movimentos sociais em escala nacional e internacional (Dardot, Laval, 2017).

Com o objetivo de problematizar de forma teórica e praxeológica o hegemonismo ocidental e o universalismo unilateral da disciplina, o Pós-colonialismo nas Relações Internacionais tem produzido uma crítica à racionalidade sobre a qual se assenta a disciplina e apresenta um contraponto à pretensa universalidade do pensamento anglo-saxônico na área (Castro, 2012). No contexto Latino-americano, o Pós-colonialismo encontra ressonância no Pensamento Decolonial. Não originado no campo das Relações Internacionais, foi capitaneado pelo coletivo Modernidade/Colonialidade². Essa abordagem tenta reconstruir o processo de formação do pensamento moderno e aponta que a epistemologia formulada na modernidade não questionou a validade dos processos de exploração, expropriação e violência que marcaram a modernidade em seus braços estendidos na colonização. Como esses teóricos tentam oferecer uma leitura dos dinamismos locais e globais atuais levando em consideração as epistemologias originadas na construção da modernidade eurocentrada, os processos de perpetuação da colonialidade e os dinamismos de estruturação das relações sociais no processo de globalização, este enfoque tem atraído o interesse de estudiosos das Relações Internacionais.

² Grupo heterogêneo e interdisciplinar formado por diversos autores do continente americano. Propõem uma leitura crítica acerca da visão tradicional da modernidade, do colonialismo, da subalternização cultural e epistêmica das culturas não-europeias.

Segundo Neske (2014), existem três principais aspectos que diferenciam os estudos decoloniais dos estudos pós-coloniais. Primeiro, os estudos decoloniais operam dentro do espaço de problematização da colonialidade, enquanto os estudos pós-coloniais no espaço constituído pelo colonialismo. A segunda diferença alude às experiências históricas e lócus de enunciação diferentes, pois os estudos decoloniais estão situados a partir da experiência colonial da Espanha e Portugal na América Latina e Caribe entre os séculos XVI e XIX, e os estudos pós-coloniais possuem como lócus de enunciação as heranças coloniais na Ásia e África por parte da França, Inglaterra e Alemanha, entre os séculos XVIII e XX. Por último, os estudos pós-coloniais emergiram do pós-estruturalismo francês, enquanto a proposta decolonial surgiu da densa história do pensamento das margens.

Como os teóricos do Pensamento Decolonial afirmam que a modernidade e a colonialidade são fenômenos mutuamente dependentes e constitutivos (Espanhol, 2017), eles propõem uma opção epistêmica, teórica e política num mundo marcado pela colonialidade (Quijano, 2005), que possibilite a luta contra o eurocentrismo do ponto de vista epistemológico (Grosfoguel, 2008; Espanhol, 2017). Fernández (2019) afirma que, a partir da proposta decolonial, é preciso decolonizar as Relações Internacionais, revelando seu compromisso com uma única visão de mundo que exclui de seu campo visual uma miríade de conhecimentos historicamente subjugados.

O leitor atento poderá reconhecer dois caminhos diante da crítica à predominância de um pensamento eurocêntrico na disciplina. O primeiro é que, embora alguns estudiosos das Relações Internacionais tragam para este campo conceitos-chave do Pensamento Decolonial, falta uma sistematização filosófica que apresente como o pensamento moderno possibilitou um modo de conhecer que fundamentou a colonização e a colonialidade. Por outro lado, este anseio de “decolonização” é partilhado, com outros termos e critérios de análise, por outros estudiosos da área.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo apresentar uma sistematização da fundamentação filosófica-epistemológica da crítica decolonial ao pensamento moderno e sua repercussão nas Relações Internacionais. A partir dessas contribuições, propor uma aproximação com alguns estudos que, fora do âmbito da colonialidade, discutem a predominância de um pensamento ocidental na disciplina, em vista de oferecer balanços e perspectivas para a área. De antemão atestamos que essas perspectivas podem nos ajudar a pensar criativamente as Relações Internacionais para além do pensamento Ocidental/moderno-colonial.

PENSAMENTO DECOLONIAL: CRÍTICA À RACIONALIDADE MODERNA

A proposta decolonial parte do questionamento dos fundamentos sobre os quais se assentam a produção do conhecimento no curso do processo de globalização vigente. Para Aníbal Quijano (1992), o conhecimento na modernidade está constituído pela relação sujeito-objeto. Nessa relação, não haveria abertura e comunicação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. O ser humano é compreendido como uma unidade fechada e completa, dotado de

razão, que necessita converter as coisas em objetos para poder conhecê-las, entre as quais, os outros humanos.

O fundamento do pensamento moderno é a lógica do “ponto zero”. “O ‘ponto zero’ é o ponto de vista que se esconde e, escondendo-se, se coloca para lá de qualquer ponto de vista, ou seja, é o ponto de vista que se representa como não tendo um ponto de vista” (Castro-Gómez citado por Grosfoguel, 2008, p. 120). Ao propor essa separação entre razão e sujeito enunciador, o pensamento moderno funda a possibilidade de um conhecimento universalista, neutro e objetivo (Grosfoguel, 2007), operando uma separação entre ‘lugar epistêmico’ e ‘lugar social’. Assim, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre o conhecimento universal verdadeiro que encobre não só aquele que fala como também o seu lugar epistêmico geopolítico e corpo-político nas estruturas de poder/conhecimento colonial (Mignolo, 2008). O êxito dessa racionalidade é levar os sujeitos situados no lado oprimido não-europeu a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes (Grosfoguel, 2008; Fanon, 2011).

Essa racionalidade já estava presente no encontro dos europeus com os ameríndios: a humanidade dos indígenas foi colocada sob suspeita. Como eles não possuíam nem características nem a técnica/crença/ciência do europeu, foram vistos como um objeto a ser conhecido e manipulado. Como demonstra Quijano (1992), esse modo de conhecer permite a radical ausência do “outro”, forja uma imagem atomizada da existência social e invalida qualquer sujeito fora do contexto europeu ocultando a ordem colonial em sua íntima relação com a modernidade.

Surge ao longo da modernidade um modo de conhecer e produzir conhecimento que chamamos de racionalidade moderna (ou moderna-colonial). Ela está forjada filosoficamente a partir do critério de validade que oferecem as ciências físico-matemáticas como modo de garantir conhecimento racional, válido e fundado no sujeito cognoscente. No processo de colonização temos a universalização desta matriz de conhecimento, que determinaria a produção de conhecimento, as relações sociais e o modo de relação com a alteridade, instaurando uma ordem de desigualdades que torna os demais povos e culturas em inferiores, objetos de conhecimento ou de práticas de dominação (Quijano, 1992).

Como o fundamento da racionalidade moderna é o sujeito racional, as relações sociais foram pensadas como parte do consenso ou contrato, da vontade de sujeitos livres. Os sujeitos depositariam a confiança em uma instituição de caráter absoluto, o Estado, que teria como função garantir as liberdades individuais dos sujeitos contratantes. Na economia, surgiriam os postulados da não-intervenção e da livre participação dos indivíduos nas trocas comerciais e o direito moderno seria o critério universalmente válido de regulação das condutas e de punição dos transgressores.

Em tudo isso haveria dois processos importantes: a postulação de que os modos de pensar e as instituições europeias representavam o topo do processo civilizatório e o compromisso ético europeu de levar as luzes da razão aos demais povos como parte de sua vocação evangelizadora e salvadora; mesmo sendo essa vocação levada adiante mediante o horror, a exploração, a

escravidão, o despojo e a dominação.

Nada surpreende, em consequência, que a história fosse concebida como um *continuum* evolutivo do primitivo ao civilizado; do tradicional ao moderno; do selvagem ao racional; do pré-capitalismo ao capitalismo etc. E que a Europa pensasse a si como espelho do futuro de todas as demais sociedades e culturas, como o modo avançado da história de toda a espécie (Quijano, 1992, p. 18).

Este modo de conhecer foi articulado com a ideia de raça. Na chegada às Américas, surgem, pela negação e diferença (Woodward, 2004), as identidades do europeu e do americano. Uma vez que a racionalidade moderna já proporcionava uma visão hierárquica do conhecimento, a ideia de raça passou a reger os corpos: a partir da cor da pele, o corpo se converteu no lugar natural da desigualdade entre os seres humanos. Uns que eram superiores, racionais porque eram brancos e outros que eram inferiores por serem negros e, portanto, menos racionais.

Desse modo, a raça se converteu no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nas classificações, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 123).

Além da articulação entre o modo de conhecer e a ideia de raça, agrega-se a emergência e consolidação do capitalismo como modo de estruturação e consolidação das relações sociais e do trabalho, de seus recursos e produtos em escala mundial (Quijano, 2005). A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais em um único mundo dominado pela Europa deu a ela a articulação de todas as formas de controle do trabalho, em torno do capital, e a hegemonia das formas de controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e da forma de produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 126).

As consequências dessa articulação são vastas: a racionalidade e a modernidade passaram a ser pensadas como produtos europeus e a Europa aparece como o topo de um processo que começa no estado de natureza e termina na etapa de desenvolvimento europeu (seja este qual for); essa visão estaria legitimada pelo caráter natural dos povos e não por questões de poder (Quijano, 2005); a raça tornou-se o critério que justifica e naturaliza a desigualdade entre os seres humanos; haveria também uma hierarquia entre a alma/sujeito e o corpo, o que o torna objeto de conhecimento e de dominação, especialmente dos seres racializados (Quijano, 2005); a história seria um processo evolutivo, unilinear e unidirecional, na qual a totalidade do social teria um caráter homogêneo e objetivo; esse padrão colonial permanece vigente no mundo, apesar do fim do colonialismo, conformando um padrão global, a colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Em síntese, as formas de controle do poder econômico e político foram articuladas com as formas de pensar que proporcionaram ao europeu a colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo e da cultura (Quijano, 2005; Grosfoguel, 2008). Esse padrão de produção do conhecimento e de acesso à realidade foi exportado para todo o globo, tanto numa expansão literal, geográfica, quanto simbólica, como

única forma válida de conhecimento e produção de conhecimento legítimo.

A globalização está assentada, portanto, sobre o projeto da modernidade/colonialidade que é a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial (Quijano, 2005). Superado o colonialismo global (descolonização jurídico-política), persiste uma colonialidade global (continuidade das formas globais de colonização) articulada nos Estados pelas situações coloniais: opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes (Grosfoguel, 2008).

Nesse sentido, não basta apenas questionar o padrão de exploração das metrópoles sobre as colônias, é preciso questionar a própria lógica da modernidade. Surge, assim, a necessidade de reavaliação do pensamento moderno em suas dimensões políticas, sociais, culturais (Arreaza, Tickner, 2002) e epistêmico-cognitivas. A reavaliação do pensamento moderno conduz a perspectivas críticas acerca de todo o projeto da modernidade/colonialidade e à necessidade de uma visão apurada sobre seus pressupostos epistemológicos (Arreaza, Tickner, 2002).

É nesse sentido que Fernández (2019) aponta a necessidade de decolonizar as Relações Internacionais. Para a autora, a disciplina estaria assentada sobre três mitos modernos: o estado de natureza (Espanhol, 2017), o contrato social e o Estado moderno. O mito do estado de natureza teria levado a uma hierarquia de culturas que é base da teoria das relações desiguais entre as comunidades políticas. O mito do contrato social cria categorias de grupos sociais, pré e pós contrato, o que legitima a exclusão de grupos minoritários nas fronteiras nacionais (Shapiro citado por Fernández, 2019) e oculta seu caráter racial (Mills citado por Fernández, 2019), pois parte da ideia de sujeitos contratantes livres e iguais. O mito do Estado moderno condiciona a ontologia do político fundando a oposição ontológica entre anarquia internacional e vida dentro dos Estados (Walker, 2013).

Para os autores do Pensamento Decolonial, a revisão dos fundamentos epistemológicos da modernidade, evidencia a inter-relação entre a racionalidade moderna (modo de pensar e produzir conhecimento) e a colonização/colonialidade. Por isso, eles afirmam: sem colonialidade não há modernidade. Consequentemente, a partir destas categorias, eles atestam que a sociedade global é resultado de um longo processo de articulação e sistematização das estruturas econômicas (com a predominância do capitalismo), políticas, culturais e científicas, associadas à ideia de raça e fundamentadas no padrão de conhecimento moderno. Por isso, no âmbito das Relações Internacionais, surge a necessidade de olhar as dinâmicas globais e locais a partir das sociedades de herança colonial (Fonseca, Jerrems, 2012; Espanhol, 2017), pois suas trajetórias ajudam a reconhecer que grupos humanos foram colocados fora da história (Fernández, 2019; Santos, 2007), que questões econômicas e culturais podem ser mais relevantes que as de segurança (Robles, 2010; Fernández, 2019; Liu, 2016), que o passado de violência e injustiça aponta para a necessidade de pensar o lugar da agência humana em qualquer formulação teórica (Fernández, 2019; Santos, 2007) e na provincialidade do pensamento moderno que se alçou como

universal e único (Espanhol, 2017; Fernández, 2019).

REVISITANDO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA PREDOMINÂNCIA DO PENSAMENTO OCIDENTAL

Para realizar esta revisão, partiremos dos estudos de alguns autores que problematizam, para além do Pensamento Decolonial, a predominância do pensamento ocidental na disciplina. Partindo do interesse de apresentar as influências da obra de Michel Foucault nas Relações Internacionais, o Thiago Rodrigues analisa o trabalho de R. B. J. Walker e Ricahd K. Ahsley. Para Rodrigues (2013, p. 91), estes autores foram responsáveis por abrir uma discussão epistemológica na disciplina “livre do compromisso com as centralidades do poder, seja a teoria universal de corte positivista seja o Estado e a naturalização do status quo do poder mundial”.

Desde uma perspectiva epistemológica, Walker e Ashley buscaram uma aproximação com autores críticos aos fundamentos da racionalidade e do poder ocidental. Para eles, essa matriz de conhecimento pressupõe que as teorias e ciências estariam imersas nas crenças positivistas sobre a universalidade e a neutralidade, o que encobre sua associação aos poderes políticos e econômicos centrais, seu exercício e perpetuação (Rodrigues, 2013). Walker e Ashley questionam as teorias hegemônicas em seus fundamentos, métodos, objetos de estudo e intenções políticas mostrando que as escolas neorrealista e neoliberal assentam seus fundamentos no mesmo campo epistemológico da filosofia política moderna e do positivismo científico (Rodrigues, 2013).

Em termos gerais, segundo Rodrigues, a crítica de Ashley vai direcionada ao estatismo (Gonçalves, Monteiro, 2015) e ao estruturalismo das Relações Internacionais. Assumir o Estado como ator e o sistema internacional como estrutura que determinam as relações internacionais serviria para naturalizar o status quo do Estado e do sistema internacional, sem problematizar as contradições e os conflitos internos do primeiro e sem questionar a descrição científica do segundo, simplificando a dinâmica internacional e esvaziando seu sentido (Rodrigues, 2013). Já Walker, questiona a dicotomia doméstico-internacional que constrói identidades de oposição (nós-eles) e a formação de identidades políticas marcadas pelas fronteiras nacionais que justificam a existência do Estado fundada numa alteridade por negação (Rodrigues, 2013; Walker, 2013). Em síntese, a crítica de matriz foucaultiana ajuda a reconhecer que as teorias liberais e realistas das Relações Internacionais “são historicamente constituídas e que tem, como qualquer saber, perspectivas e interesses éticos e políticos” sem uma validade neutral, ahistórica e universal (Rodrigues, 2013, p. 100).

Motivados pelo interesse de analisar a predominância do pensamento anglo-saxão na disciplina, William Gonçalves e Leonardo Valente Monteiro retomam a discussão acerca dos chamados paradigmas dominantes nas Relações Internacionais. Entendendo um paradigma como um modelo analítico, eles demonstram que o Idealismo, o Realismo e o Neorrealismo nas Relações Internacionais são um único paradigma decalcado da teoria política contratualista moderna. Isso porque o que está em jogo é apenas o modo como as teorias liberal, realista e neorrealista

concebem o indivíduo no estado de natureza com deduções a partir das contribuições dos filósofos modernos Locke, Hobbes e Rousseau (Gonçalves, Monteiro, 2015).

Inseridos no horizonte de pensamento da modernidade, eles atestam que desvelar o discurso teórico padrão a partir das teorias predominantes tem consequências importantes. Primeiro, amplia as possibilidades teóricas para a análise das relações internacionais, já que a pseudodiversidade paradigmática do pensamento anglo-saxão atua como normatizador e legitimador de que tipo de teoria é adequada tornando heterodoxa ou exótica o que foge ao esquema contratualista. Segundo, possibilita que a análise não seja pautada pelos temas que são próprios das teorias que emanam da concepção de um estado de natureza. Terceiro, abre a teoria a uma conexão com a práxis, pois possibilita um efeito político que permite que haja no internacional espaço para a solidariedade e não somente para o dilema de segurança e a anarquia (Gonçalves, Monteiro, 2015).

Amaya Querejazu é outra pensadora que, preocupada como outros mundos e outras experiências do globo podem formar o modo de compreender e estudar as relações internacionais, apresenta a necessidade de explorar outras epistemologias e ontologias que não a de matriz moderna. Para a autora, o pensamento ocidental tem duas formas de predominância na disciplina: pela origem ocidental das teorias em filosofia, teoria política e história e pelo enquadramento histórico eurocêntrico na história mundial (Querejazu, 2016). Assim, ela defende que o pensamento ocidental está fundado sobre três mitos: a deliberada separação entre natureza e sociedade, o antropocentrismo e a linearidade do tempo.

Em relação ao modo de conhecer da modernidade, ela afirma que este se firmou sobre a essencialização do ser humano e a postulação de um modo de conhecimento fundado na separação entre sujeito, objeto e fenômeno. A ciência moderna, de traço positivista, foi usada como ferramenta para a construção do universo que ajudou a pensar a realidade sem tempo e espaço (Escobar citado por Querejazu, 2016) e a construir a ideia de que todos vivemos em um único mundo no qual a própria realidade está fora do ser humano, é definida e singular (Law citado por Querejazu, 2016). O que essa visão oculta é que a cosmovisão moderna, narrada como única e universal, é uma de muitas cosmovisões; o que tem/teve consequências profundas pois determinou como mito, lenda ou crença outras epistemologias e ontologias. Assim, o encontro com as epistemologias e ontologias desautorizadas tem consequências sobre nossa ação e criação política, já que podem ajudar a pensar criativamente categorias e conceitos da política internacional (como estado, soberania e território) e ajudar na elaboração de uma posição politicamente emancipatória em que entram em jogo outras possibilidades de ser no mundo (Tuhiwai Smith citado por Querejazu, 2016).

A MODO DE CONCLUSÃO: BALANÇOS E PERSPECTIVAS

Como afirma Andrew Hurrell (2016), algo mais fortemente global está em ação no mundo e os estudiosos das Relações Internacionais precisam ser capazes de reunir o mundo único e os

muitos mundos analítica, histórica, política e normativamente. Como modo de conclusão, queremos oferecer balanços do caminho percorrido e abrir perspectivas para que sigamos nessa obra de inteligência da realidade internacional.

O primeiro aspecto é que esses autores reivindicam uma conexão entre epistemologias, ética e política, já que há uma relação íntima entre o conhecimento e a necessidade de uma intervenção política mais esclarecida (Rodrigues, 2013; Santos, 2007) para nortear a ação política (Querejazu, 2016; Amorim, 2020) e reimaginar a existência humana. Ao considerar o lugar de enunciação das perspectivas que poderíamos chamar alternativas ao pensamento Ocidental/moderno-colonial, vemos ecoar a necessidade de articulações teóricas capazes de dar respostas analíticas mais responsáveis e compatíveis com as condições de vida dos povos na articulação do global e do local (Almeida; Elíbio Júnior, 2013). Essas vozes nos ajudam a expandir as possibilidades de compreensão dos processos históricos e políticos de conformação da sociedade atual, especialmente a partir do Sul (Santos, 2007) tão marcado pela violência e pela injustiça.

Em segundo lugar, reabilitar aqueles conhecimentos e modos de conhecer que foram silenciados, negados ou subalternizados sem que tenhamos que renunciar ao método científico (Santos, 2010). Se como vimos, os pressupostos da disciplina estão assentados sobre diversos mitos, então faz-se necessário um exercício de compreensão da disciplina no âmbito mais amplo da teoria social e da filosofia. Uma tarefa importante será repensar filosoficamente o social – uma ontologia do social – e a associação política para problematizar as relações internacionais. Não para propor uma teoria geral nem um pensamento único, mas para buscar modos mais apropriados de seguir entendendo a realidade, que sempre surpreende o pesquisador com uma dinâmica de excesso, transbordamento que não alcançamos objetivar completamente (Santos, 2007). O campo das Relações Internacionais será enriquecido se se abre a outras fontes de conhecimento e a outras ciências, modos de conhecer e visões de mundo (Querejazu, 2016; Inoue, Tickner, 2016; Grosfoguel, 2008) e se as epistemologias, ontologias e ideias que daí emergem, em termos éticos e políticos, são oferecidos para serem compartilhados globalmente (Hurrell, 2016; Querejazu, 2016; Santos, 2010). Contudo, que conhecimento seria válido? Aquele capaz de repolitizar as relações internacionais (Rodrigues, 2013) e vincular a ética com as epistemologias.

Terceiro, a visão alternativa não pode ser ingênua, precisa levar a sério as questões de poder. Como defende Hurrell (2016), não se pode pensar de forma estática o poder, a hierarquia e a hegemonia. A crítica ao pensamento Ocidental/moderno-colonial não elimina os múltiplos dinamismos interconectados de poder e suas novas formas que emergem das novas relações sociais no mundo global. Esses dinamismos estão dentro e fora dos Estados, sejam eles os mais ricos ou os mais pobres (Santos, 2010). Há hierarquias que articulam e determinam as relações sociais. Daí que, nesse momento da história global, reunindo a perspectiva ética e política, as epistemologias e a ciência podem oferecer um serviço à humanidade no sentido de possibilitar as condições intelectuais e as bases materiais para uma globalização contra-hegemônica (Santos, 2007, 2010) e para a interpretação da sociedade global de modo poliédrico e dinâmico.

Por último, a realidade internacional tem seu dinamismo e exige uma articulação entre saber e poder, teoria e política para uma práxis situada e histórica capaz de lidar com sua diversidade e riqueza. Por exemplo, a pandemia da covid-19 fez o Estado e a comunidade (pilares da sociedade moderna) reemergirem, a despeito de terem sido incapacitados pelo capitalismo neoliberal (Santos, 2020). O Estado reapareceu com a possibilidade de assumir um papel social na administração de riscos, mobilização de recursos, prevenção de emergências, tratamento das desigualdades e preservação de condições sanitárias comuns adequadas a salvar a vida das populações em meio à pandemia. No pensamento Ocidental/moderno-colonial o Estado é a unidade de análise, o ator principal das relações internacionais (Rodrigues, 2013; Castro, 2012). Já as perspectivas críticas/decoloniais problematizam o seu papel, suas contradições e ontologia. Que perspectiva é a mais adequada para compreender o lugar do Estado na pandemia? Se consideramos somente as teorias sem uma versão à realidade e sem uma vinculação entre epistemologia-ética-política, corremos o risco de construir uma disciplina que reproduz mitos, com visão estreita e análise estanque que pode dar margem a interpretações parciais e limitadas da realidade internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, C. S. Di M. de; Elíbio Júnior, A. M. (2013). 'Epistemologias do Sul: pós-colonialismos e os estudos das relações internacionais', *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, pp. 05-11, [Online]. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2684> [Acesso em: 28 jul. 2020].
- Amorim, C. (2020). 'Da necessidade da utopia', *Carta Maior*, 09 setembro, [Online]. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Da-Necessidade-da-Utopia/4/48676> [Acesso em: 01 nov. 2020].
- Arreaza, C.; Tickner, A. B. (2002). 'Postmodernismo, postcolonialismo y feminismo: manual para (in) expertos', *Colombia Internacional*, n. 54, pp. 14-38, [Online]. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/colombiaint54.2002.01> [Acesso em: 28 jul. 2015].
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: MRE/FUNAG.
- Dardot, P.; Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Dutra, L. (2015). 'Teoria das Relações Internacionais: do realismo à teoria verde', *Século XXI*, 6 (1), pp. 109-122, [Online]. Disponível em: <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/110> [Acesso em: 30 set. 2020].
- Espanhol, C. de O. (2017). *O pensamento decolonial como perspectiva contra-hegemônica nos debates teóricos das Relações Internacionais*, [Online]. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261_ARQUIVO_ARTIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf [Acesso em: 10 out. 2020].
- Fanon, F. (2011). 'Racismo e cultura'. In M. S. Ribeiro, *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*, Lisboa: Manuela Ribeiro Sanchez e Edições 70, pp. 273-285.

Fernández, M. (2019). 'As Relações Internacionais e seus epistemicídios', *Moções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 8 (15), pp. 458-485, [Online]. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11552> [Acesso em: 10 out. 2020].

Fonseca, M.; Jerrems, A. (2012) 'Pensamiento decolonial: ¿una "nueva" apuesta en las relaciones internacionales?', *Relaciones Internacionales*, n. 19, pp. 103-121, [Online]. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/668333> [Acesso em: 29 jun. 2020].

Gonçalves, W.; Monteiro, L. V. (2015). 'O monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das relações internacionais', *Século XXI*, 6 (1), pp. 53-70, [Online]. Disponível em: <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/viewFile/107/108> [Acesso em: 17 set. 2020].

Grosfoguel, R. (2008). 'Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp. 115-147, [Online]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697> [Acesso em: 28 jul. 2020].

_____. (2007). 'Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde aimé césaire hasta los zapatistas'. In S. Castro-Gómez e R. Grosfoguel, *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Siglo del Hombre/Universidad Central/Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos/Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar, pp. 63-77, [Online]. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf> [Acesso em: 02 nov. 2020].

Hurrell, A. (2016). 'Towards the Global Study of International Relations', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59 (2), e008, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v59n2/1983-3121-rbpi-59-02-e008.pdf> [Acesso em: 15 out. 2020].

Inoue, C.; Tickner, A. B. (2016). 'Many Worlds, Many Theories?', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59 (2), e001, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v59n2/0034-7329-rbpi-59-02-e001.pdf> [Acesso em: 15 out. 2020].

Liu, T. T-T. (2016). 'Teaching IR to the Global South: Some Reflections and Insights', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59 (2), e004, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v59n2/0034-7329-rbpi-59-02-e004.pdf> [Acesso em: 25 out. 2020].

Mignolo, W. (2008). 'La opción descolonial', *Letral*, n. 1, pp. 04-22, [Online]. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555/3543> [Acesso em: 28 jul. 2020].

Neske, M. Z. (2014). *Colonialidade e desenvolvimento: a resignificação do lugar em "zonas marginalizadas" no sul do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Ciências Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/109252> [Acesso em: 28 jul. 2015].

Nogueira, J. P.; Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Querejazu, A. (2016). 'Encountering the Pluriverse: Looking for Alternatives in Other Worlds', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59 (2), e007, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v59n2/1983-3121-rbpi-59-02-e007.pdf> [Acesso em: 15 out. 2020].

Quijano, A. (1992). 'Colonialidad y modernidad/racionalidad', *Perú Indígena*, 13(29), pp. 11-20, [Online]. Disponível em: <http://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf> [Acesso em: 27 fev. 2019].

_____. (2005). 'Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina'. In E. Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, pp. 107-130, [Online]. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf) [Acesso em: 28 jul. 2020].

Rodrigues, T. (2013). 'Agonismo y genealogía: hacia una analítica de las Relaciones Internacionales', *Relaciones Internacionales*, 24, pp. 89-107, [Online]. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/5193/5639> [Acesso em: 30 set. 2020].

Rodríguez, F. G. (2013). 'Enfoques postcoloniales en relaciones internacionales: un breve recorrido y sus desarrollos teóricos', *Relaciones Internacionales*, 22, pp. 85-107, [Online]. Disponível em: <https://revistas.uam.es/index.php/relacionesinternacionales/article/view/5164/5612>. [Acesso em: 02 nov. 2020].

Robles, G. A. A. (2010). 'Las complicidades del saber-poder em el mainstream de las relaciones internacionales: una aproximación para abrir el debate', *Diálogos de saberes*, 33, pp. 287-299, [Online]. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3618669> [Acesso em: 30 jul. 2020].

Santos, B. de S. (2007). 'Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes', *Novos Estudos (CEBRAP)*, 79, pp. 71-94 [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf> [Acesso em: 02 nov. 2020].

_____. (2010). 'From the Postmodern to the Postcolonial – and beyond both'. In E. G. Rodríguez, M. Boatcă e S. Costa, *Decolonizing European Sociology: transdisciplinary approaches*. England: Ashgate [Online]. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/From%20the%20Postmodern%20to%20the%20Postcolonial_2010.PDF [Acesso em: 20 ago. 2020].

_____. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina [Online]. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf [Acesso em: 13 jun. 2020].

Walker, R. B. J. (2013). *Inside/outside: Relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Editora Apicuri.

Woodward, K. (2004). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In T. T. de Silva (Org). Petrópolis: Editora Vozes.